

PLANO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

PERÍODO 2005-2010

PROPOSTAS DA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

- VERSÃO PRELIMINAR -

I. Considerações Gerais :

Reuniram-se em Brasília, na sede da Finatec, a convite da Capes, nas datas de 16 e 17 de agosto de 2004 , os Representantes das seguintes 05 Áreas do conhecimento , das 07 que compõem esta Grande Área : Economia (Clélio Campolina Diniz), Direito (Fernando Facury Scaff), Comunicação e Ciências da Informação (Johanna Smit), Serviço Social e Economia Doméstica (Maria Ozanira da Silva e Silva), Arquitetura , Urbanismo e Design (Anamaria de Moraes e Vicente Barcellos) e Administração (Sônia Calado Dias). A Área de Planejamento Urbano e Regional / Demografia não esteve presente , mas a representante Diana Oya Sawyer, enviou a sua contribuição antes da elaboração da versão final deste documento . O tema central do debate foi a identificação dos pontos em comum entre as Áreas visando subsidiar a elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG.

Há consenso de que o Sistema Nacional de Pós-Graduação - SNPG vem alcançando seus objetivos , com reconhecimento internacional , mas atualmente passa por uma crise de crescimento . A preocupação central é que a expansão acelerada do número de Programas poderá comprometer sua qualidade , o que deve ser evitado a todo custo . Em outras palavras , é necessário compatibilizar crescimento com qualidade .

Existiam em 1987 80 Programas de pós-graduação vinculados a esta Área , os quais titularam 427 mestres e 71 doutores . Em 2003, já eram 207 Programas (85 em IFES, 36 em Instituições Estaduais e Municipais de ensino e 86 em Instituições privadas), os quais titularam 5.154 mestres e 736 doutores .

Embora relevante e urgente , um PNPG exige um esforço de reflexão e amadurecimento que não puderam ser atendidos na atual situação das Áreas , isto porque a solicitação coincidiu com a finalização do processo de avaliação trienal . Nesse sentido , este documento é apenas uma versão preliminar , que será melhor elaborada após consulta mais ampla à comunidade .

Deve-se recuperar a idéia de que os Cursos de Mestrado se constituem em uma fase terminal da formação para o atendimento de várias áreas do setor público e privado , sendo que o nível de Doutorado , em face da ênfase que vem recebendo da administração pública e

do setor privado , pode acabar por acarretar a desqualificação dos Mestrados , o que não atende a esta Grande Área .

Por outro lado , é imprescindível resgatar a importância da Universidade Pública para o desenvolvimento do SNPG, pois atualmente ela convive com uma dupla face : de um lado sobrevive com recursos públicos insuficientes para atender à sua missão educacional , desenvolvida em atividades gratuitas, e, por outro lado , convive com a captação de recursos de fontes externas , que geram cursos e serviços remunerados. Isso introduz uma dificuldade institucional de gestão , que precisa ser enfrentada, sob pena de comprometer seu funcionamento a médio e longo prazo .

Conquanto o SNPG deva possuir critérios gerais que assegurem sua unidade , é necessário que sejam respeitadas as especificidades de cada Área . É também necessário ter cuidado com a tendência ao recorte entre " formação teórica ou acadêmica " e " formação aplicada ou profissional ", a fim de que cursos ou áreas não venham a ser rotulados de não-científicos, ou que descuidem da imprescindível fundamentação teórica e de pesquisa . É preciso também ser analisada novamente a classificação das Grandes Áreas junto a Capes, devendo ser revista a divisão atualmente existente.

II. Atendimento da Demanda de Formação :

Entende-se que o Brasil ainda necessita de qualificação de seus recursos humanos nas áreas que se encontram sob esta Grande Área . No entanto , o atual SNPG, ampliado nos últimos anos , tem condições de atender às demandas gerais , na maioria das Áreas , inclusive com alguns nichos de excelência , com padrão internacional . Contudo , a expansão da qualificação deve ocorrer em linhas de pesquisa e setores estratégicos para o desenvolvimento nacional , que serão adiante descritas.

III. Identificação de Linhas de Pesquisa e Setores Estratégicos :

Em uma discussão preliminar , foram identificados as seguintes linhas de pesquisa e setores estratégicos por Área de Conhecimento , sem exclusão de outras. O maior detalhamento destas e de outras linhas deve levar em conta as necessidades e especificidades regionais e setoriais , a fim de atender às necessidades de desenvolvimento do país :

-

Área de Economia :

- a) Economia da Inovação
- b) Economia dos Serviços
- c) Regulação Econômica
- d) Economia Regional e Urbana

e) Economia do Meio Ambiente

-
-

Área de Direito :

- a) Proteção da Propriedade Intelectual (software , marcas , patentes , copyright , etc.)
- b) Direitos Humanos para o Desenvolvimento
- c) Efetividade do Acesso a Justiça
- d) Direito e Meio Ambiente
- e) Proteção dos Interesses Difusos
- f) Direito e Regulação

Área de Comunicação e Ciências da Informação :

- a) Teoria e epistemologia da Comunicação e da Ciência da Informação
- b) Comunicação e informação para ambientes específicos
- c) Comunicação e informação para públicos específicos
- d) Economia política da comunicação e da informação
- e) Novas formas de acesso e distribuição da informação
- f) Formação e segmentação de públicos específicos para acesso à informação
- g) Museologia
- h) *Internet* , Sociedade e Política

Área de Arquitetura , Urbanismo e Design :

- a) Políticas urbanas
- b) Infra-estrutura e equipamentos sociais urbanos
- c) Planejamento e espaços livres públicos
- d) Metodologia do projeto arquitetônico e do planejamento urbano
- e) Urbanização de favelas e habitação de interesse social
- f) Design de equipamentos e mobiliários urbanos e usuário
- g) Design de interfaces, interação humano-computador e segurança do consumidor e do idoso: ergonomia
- h) Estética, funcionalidade e utilizabilidade
- i) Identidade do produto regional e nacional

Área de Serviço Social e Economia Doméstica:

- a) A Questão Social na Contemporaneidade;
- b) Serviço Social: Fundamentos, Metodologias e Prática Profissional;

- c) Gestão e Avaliação de Políticas Sociais;
- d) Transformação no Mundo do Trabalho e Políticas Públicas para o Trabalho;
- e) Exclusão Social e Pobreza;
- f) Estado, Políticas Sociais Setoriais e por segmento;
- g) Violência, Segurança e Cidadania;
- h) Cultura, Identidade e Práticas Sociais Institucionais;
- i) Movimentos Sociais e Processos Sociais.

Área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia

Planejamento Urbano e Regional

- a) Conceitos, Paradigmas e Epistemologias para o Planejamento Urbano e Regional;
- b) Urbanização e Industrialização de Território;
- c) Planejamento e Análise de Aglomerações Urbanas;
- d) Conservação Urbana;
- e) Sistemas de Suporte à Decisão em Planejamento e Desenho Urbano;
- f) Planejamento Urbano e Regional e os Processos Sociais;
- g) Crescimento Urbano e degradação Ambiental;
- h) Desenvolvimento Regional e Encadeamentos Produtivos;

Demografia

- a) Componentes da Dinâmica Populacional;
- b) População e Saúde:
 - i. Envelhecimento Populacional
 - ii. Saúde Reprodutiva;
- c) Dinâmica Populacional e Políticas Públicas (relacionadas à educação, saúde, seguridade social, mercado de trabalho, idosos e pobreza);
- d) Distribuição Espacial da População e Ordenamento Territorial;
- e) Demografia da Família:
 - i. Novos Padrões de Organização Familiar e Políticas Públicas
 - ii. Demografia da família e da infância.
 - iii. Mudanças na família e impactos sobre a infância e juventude;
- f) Meta-análise de Dados Demográficos(combinação de dados de diferentes fontes ou de diferentes ocasiões para produzir conhecimento novo);
- g) Análises de Grandes Bancos de Dados com Estruturas Complexas.

A Área de Administração entende que é difícil a seleção de linhas de pesquisa e setores estratégicos sem uma ampla consulta à comunidade, o que não foi possível em face do pouco tempo disponibilizado.

IV. Necessidade de Financiamento e Apoio:

Seria conveniente que cada Área pudesse estabelecer as prioridades na utilização de seus recursos em Bolsas e Fomento , a fim de que seja possível determinar quanto seria gasto

em cada modalidade . Para isso , deveria ser estabelecido um critério de dotação orçamentária por área . Isto é, cada área poderá avaliar o custo de oportunidade em cada decisão sobre alocação de recursos .

Caso esta autonomia orçamentária não seja possível, seria conveniente alocar recursos de forma prioritária para Bolsas Sanduíche e de Pós-Doutoramento. As Bolsas para formação completa deveriam ser concedidas prioritariamente para as áreas consideradas estratégicas, acima mencionadas.

É também necessário que seja ampliado o número de bolsas de Mestrado e Doutorado no país.

Deve-se reforçar o apoio à ampliação de bibliotecas, especialmente para as Áreas em que o estudo em Livros é essencial, bem como a ampliação do Portal, segundo as necessidades de cada Área.

Na esteira do fortalecimento do ensino nas Universidades Públicas, é imperiosa também a abertura de concurso público nas IFES, bem como a recomposição salarial das carreiras docente e técnica.

Não se deve perder de vista que a redução das desigualdades sociais e regionais no Brasil exige o estabelecimento e a montagem de um Programa de Fomento à Descentralização da Pós-Graduação, sem descuido da qualidade que deve presidir esta operação. Tal procedimento deve respeitar a diversidade e a pluralidade de opiniões, evitando-se o enfeudamento de Instituições periféricas por grandes Instituições nacionais.

É importante não esquecer que o apoio financeiro deve ser dado aos cursos 3 a 5, a fim de que possam ultrapassar suas dificuldades, além de apoiar as unidades que possuam padrão de excelência, que, por possuírem inserção internacional, devem ter um tratamento diferenciado. Desta forma, a cada qual devem ser atribuídos recursos segundo suas especificidades, a fim de que não seja efetuada nenhuma discriminação na sua distribuição, e seja evitada a criação de um círculo vicioso de elitismo.